

## De abantesmas e chorumela

O cartaz que anunciava o evento "Fantasmas do Cinema Brasileiro" exibia a última encarnação do mal, reinventado pelo filme recente de George Lucas, *A Ameaça Fantasma*, da saga da *Guerra nas Estrelas*. Um Grande Otelo enojado olha com desconfiança esse diabo de sete chifres, que parece saído de alguma atormentada ilustração do inferno na iconografia pietista.

O Otelo do cartaz evoca um Saci, que não se intimida com as duas pernas do fantasma estrangeiro, nem diante de seu feixe mágico de dois gumes.

Penso que aí está, talvez de modo involuntário, uma pauta para reflexão neste momento em que o Cinema Brasileiro atravessa a sua 1.364.833ª crise. Talvez fosse produtivo encará-la como mais um sintoma da crise permanente que se instalou confortavelmente entre nós desde os ciclos regionais dos anos 20.

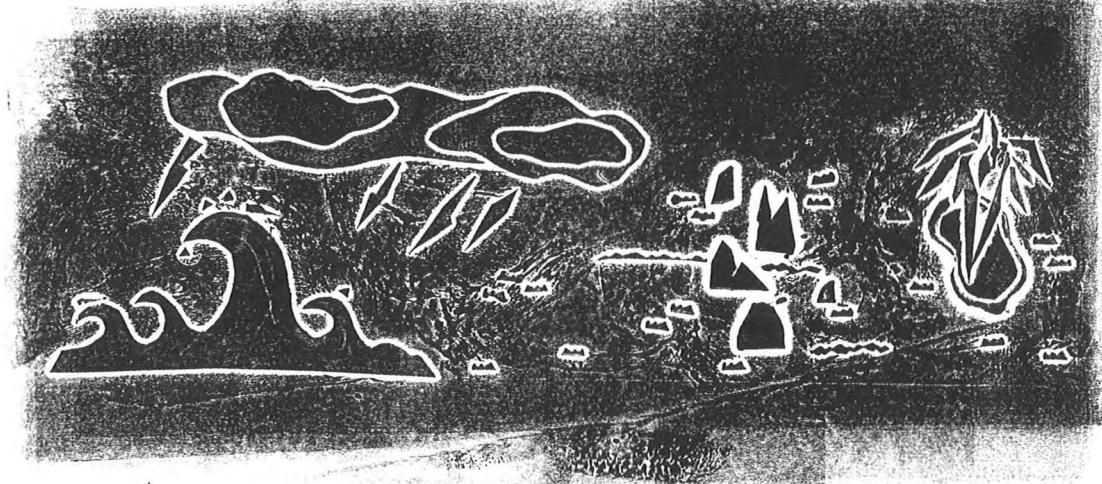
Se o Cinema Brasileiro vive claudicando numa perna, ainda que por enquanto não pite um cachimbo fedorento, não precisa subestimar seus colegas de agremiação, as mulas-sem-cabeça do heroísmo autoproclamado, os curupiras da cultura de afetação e as uíaras tentadoras da crítica complacente.

Entre os abantesmas a exorcizar misturam-se sem cerimônia Vera Cruz com Embrafilme, Paulo Emílio com Glauber Rocha, cinema estrangeiro e TV nacional, vanguardas atrasadas e invenção narrativa, reserva de mercado com necessidade de competir com o filme estrangeiro e a ficção televisiva.

A Vera Cruz demonstrou à exaustão que o mercado interno é estruturalmente perverso para o filme nacional, em especial para aquele que corteja o sucesso. Se a estrutura do mercado interno é injusta com o produto nativo, nada mais natural que convocar o Estado para arbitrar em seu benefício. A Embrafilme, filha temporã da Vera Cruz, foi como ela estigmatizada quando cortejava o público e não praticava as purezas ideológica ou artística. Fracassadas as duas experiências, o que se deseja enfim? Nem mercado livre, linguagem diplomática para suicídio, nem intervenção estatal, que supostamente inibe os atores num "dirigismo" cultural. Deu no que deu: incentivo fiscal para qualquer coisa feita por qualquer um; privatização indiscriminada do dinheiro público, sem cobrança de resultados ou responsabilidades, avalizada por um governo preguiçoso.

### Quem for capaz vencerá

Paulo Emílio, lido na orelha da capa dos livros que não publicou, teria adotado a máxima: todo filme brasileiro é bom e merece nossa simpatia. Nada mais falso. Paulo Emílio tentou nos dizer que a experiência do cinema pressupõe um destinatário, e que o público – massa informe e misteriosa de gostos e vontades – tem alma própria que seria conveniente perscrutar. Metia-se entre as pessoas humildes que faziam fila diante das bilheterias das fitas de Mazzaroppi num cinema da avenida São João como o antropólogo que se desveste de sua cultura para melhor se aproximar da dos indígenas que visita. A crítica atual, mais pauloemiliana que ele próprio, seria incapaz



(salvo exceções) de dizer que Ravina é um mau filme, pois ao propor-se imitar o "bom cinema", isto é, estrangeiro, perde a identidade inclusive de seus defeitos. Ou que Nelson Pereira não trabalha suficientemente os meios que manipula em *Rio, Zona Norte*, confiante de que a realidade se imporá no filme pela voz da poesia e da beleza que dela emergiriam espontaneamente. Num único conceito, o crítico antecipava o grande problema da obra de Nelson Pereira, que a tornou irregular apesar de tão importante.

Glauber Rocha é outro que se tornou vítima da própria síndrome. Sua ojeriza do mercado como instância de aviltamento de um discurso que se investe de política e de conteúdo revolucionário continua ainda hoje bem viva na memória coletiva de nossos cineastas. Já o lema (ou seria um dogma?) por ele cunhado no sentido de valorizar a criatividade com os poucos recursos disponíveis precisou ser resgatado por um grupo de cineastas nórdicos para voltar a circular entre nós mesmos.

O pudor de alguns cineastas em reivindicar a reserva de mercado para o produto nacional, escrúpulo que as fábricas de automóveis nunca tiveram, revela uma perigosa aceitação dos termos impostos pelo comércio norte-americano, que convida os filmes estrangeiros (entre estes os nossos) a participar da festa do Oscar, desde que entrem pela porta dos fundos. Por essa lógica temos de competir em igualdade (?!?) de condições, e quem for capaz vencerá. Para eles, os filmes que vicejam sob a sombra do Estado são invariavelmente medíocres, espécie de avatar da teoria de Adam Smith que desqualifica toda intervenção governamental feita em nome do interesse coletivo.

Sabemos por experiência acumulada que mediocridade não é privilégio de cinematografias amparadas pelo Estado, e que quem mais necessita de proteção de mercado são os filmes nacionais competitivos.

Há algo que precisamos aprender com o cinema americano e com a TV nacional. É que passou o tempo de brincar com a idéia de que a suposta vocação artística de uma obra absolve-a do encontro com seu público. Só a reconquista da competitividade perdida redimirá esses anos passados em autocomplacência e comiseração, quase sempre financiadas pelas verbas públicas. A legitimidade de uma produção amparada por mecanismos de incentivo fiscal só se conquista pela adesão do público ou pela consagração da crítica imparcial. Fora disso, não há esperança de um horizonte de autonomia e de continuidade.

As lideranças da classe cinematográfica que vêm pautando as políticas de sucessivos governos precisam ser responsabilizadas pela sua contribuição à inoperância dos mecanismos, acomodação às benesses distribuídas e incapacidade de prover o futuro da atividade. É fácil e conveniente jogar toda a culpa no governo de plantão. O atual, aliás, faz por merecer a sua parte do insucesso, ao menos por omissão. Mas o encaminhamento de uma eventual solução dos problemas crônicos do Cinema Brasileiro passa por um compromisso entre caciques e índios em torno de políticas abrangentes que assegurem o futuro da tribo.

O resto não passa de chorumela.

Carlos Augusto Calil  
professor de cinema da ECA - USP